



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

CONCURSO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Primeira Fase

Primeira Etapa

Instruções

- Verifique se este caderno contém **50** questões e se, junto, lhe está sendo entregue a **folha de respostas** com o **canhoto de identificação**. Esta deve estar íntegra e sem quaisquer dobras ou marcas. Caso o caderno não esteja completo ou se a folha de respostas apresentar qualquer defeito, dirija-se ao fiscal da sala. A **folha de respostas** não será substituída se rasurada pelo candidato. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- **Não** faça qualquer sinal que possa identificar a folha de respostas.
- Preencha o **canhoto de identificação** com **caneta**, apondo, nos campos próprios, seu **nome completo em letra de forma**, seu **número de inscrição** e o número de seu **documento de identidade**.
- **Não** destaque o canhoto de identificação da folha de respostas.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões, escolha a resposta correta (**A, B, C, D** ou **E**) e assinale-a na **folha de respostas**, preenchendo integralmente o espaço correspondente. Procure responder a todas as questões.
- Iniciada a prova, os candidatos não poderão mais fazer perguntas. Qualquer reclamação a respeito das instruções ou do conteúdo das questões somente será possível posteriormente à realização da prova, pela via adequada.
- Durante a prova, é vedado qualquer tipo de consulta.
- O tempo de duração da prova é de **4 horas**.
- Este caderno ficará em seu poder. A folha de respostas, com o respectivo canhoto, deverá ser entregue ao fiscal da sala.

20 de janeiro de 2007

01. Relativamente à intervenção do Estado na atividade das empresas privadas, com vistas a assegurar o regime de livre concorrência, considere as assertivas abaixo.

- I - O Estado pode agir repressivamente, punindo práticas empresariais que visem à eliminação da concorrência, tais como combinação de preços, fixação de preços de revenda e acordos de exclusividade.
- II - O Estado pode agir preventivamente, impedindo atos de concentração econômica, tais como fusão, aquisição ou incorporação de empresas privadas, quando visarem à dominação dos mercados.
- III - A Constituição Federal prevê a responsabilidade penal da pessoa jurídica, sujeitando-a às punições compatíveis com sua natureza nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

02. No ordenamento jurídico em vigor, relativamente ao controle abstrato da constitucionalidade, a cargo do Supremo Tribunal Federal, considere as assertivas abaixo.

- I - Cabe ação direta para impugnar lei anterior à atual Constituição se a parte autora demonstrar a repercussão geral da questão constitucional discutida.
- II - Não cabe ação direta contra lei municipal mesmo que editada com usurpação da competência legislativa da União.
- III - Não se exige a pertinência temática nas ações diretas de inconstitucionalidade propostas por Presidente da República, Governador do Estado e Procurador-Geral da República.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

03. Relativamente ao direito de propriedade na atual Constituição Federal, considere as assertivas abaixo.

- I - A propriedade rural cumpre sua função social quando, nos termos da lei, é produtiva e, simultaneamente, observa as normas que regulam as relações de trabalho e a proteção ao meio ambiente.
- II - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- III - A desapropriação de área urbana pode ser feita com o pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Congresso Nacional.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

04. Assinale a assertiva correta sobre o Poder Judiciário.

- (A) Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) Um quinto dos cargos de Ministro do Supremo Tribunal Federal será ocupado por membros do Ministério Público com mais de 10 anos de carreira e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada com mais de 10 anos de exercício.
- (C) A vitaliciedade dos magistrados é adquirida depois de 2 anos de exercício do cargo.
- (D) Na promoção por antigüidade, o Tribunal poderá recusar o juiz mais antigo por decisão fundamentada da maioria absoluta de seus membros, assegurada a ampla defesa.
- (E) A assunção ao cargo de magistrado tem como pressuposto a aprovação em concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases.

05. O controle judicial abstrato da constitucionalidade das leis e dos atos normativos federais

- (A) é preventivo, com vistas a garantir a supremacia das normas constitucionais.
- (B) limita-se aos casos em que se alegue inconstitucionalidade material.
- (C) limita-se aos casos em que se alegue inconstitucionalidade formal.
- (D) é repressivo, ressalvada a hipótese de mandado de segurança impetrado por parlamentar para impedir a tramitação de emenda constitucional que viole cláusula pétreia.
- (E) depende da posterior manifestação do Senado Federal para que a decisão tenha efeito *erga omnes*.

06. *Eutanásia é a morte que alguém provoca em outra pessoa já em estado agônico ou pré-agônico, com o fim de liberá-la do gravíssimo sofrimento em consequência de doença incurável, muito penosa ou tormentosa.* (SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2000)

Considerando o conceito acima bem como os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, assinale a assertiva correta.

- (A) A eutanásia pode ser judicialmente autorizada, pois os direitos fundamentais não são absolutos e podem sofrer restrições não autorizadas pela Constituição.
- (B) A Constituição não prevê a possibilidade de supressão do direito à vida pelo legislador ou pelo juiz, salvo em caso de guerra declarada.
- (C) A Constituição não autoriza a eutanásia, a menos que haja prévia manifestação da família.
- (D) A Constituição autoriza a eutanásia, mas exige a prévia manifestação do interessado.
- (E) Conforme previsão constitucional, somente lei complementar poderia autorizar a eutanásia como instrumento da política de saúde.

07. Um cidadão firmou contrato de trabalho com o cacique de uma reserva indígena para prestar serviços de plantio e colheita de safra de milho. Terminado o contrato, foi reconhecido, por sentença transitada em julgado, o direito às verbas rescisórias impagas. Diante disso, assinale a assertiva correta.

- (A) Por se tratar de execução de créditos trabalhistas, é cabível a penhora das terras indígenas.
- (B) A penhora das terras indígenas não é possível salvo se o contrato de trabalho tiver sido firmado com assistência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.
- (C) As terras indígenas não podem ser objeto de penhora em razão da inalienabilidade prevista na Constituição Federal.
- (D) A penhora pode recair sobre as terras indígenas se não houver outros bens passíveis de constrição.
- (E) A inalienabilidade das terras indígenas pode ser afastada em termo de ajustamento de conduta entre a comunidade indígena e o Ministério Público do Trabalho.

08. Sobre alterações formais e informais das normas constitucionais, considere as assertivas abaixo em relação às Constituições escritas.

- I - Mutações são o processo informal de mudança da Constituição por meio do qual são atribuídos novos sentidos e conteúdos às normas constitucionais, sem alteração do texto.
- II - A mutação decorre da atividade de interpretação, em suas diversas modalidades e métodos, da atividade integrativa e dos usos e costumes constitucionais.
- III - As emendas constitucionais são meios formais de alteração do texto constitucional, cujos procedimentos e limites estão expressamente previstos no corpo das próprias Constituições.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

09. A proposta de emenda constitucional

- (A) será discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional em dois turnos de votação, considerando-se aprovada se obtiver, em cada votação, 3/5 dos votos.
- (B) apresentada pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional poderá ser vetada se as emendas ao projeto original implicarem aumento adicional das despesas orçamentárias.
- (C) dependerá da iniciativa do Supremo Tribunal Federal quando alterar competências dos órgãos do Poder Judiciário.
- (D) não será objeto de deliberação se já houver sido rejeitada proposta idêntica na mesma legislatura.
- (E) poderá ser discutida e votada na vigência de intervenção federal quando não afetar os direitos e garantias individuais.

10. Assinale a assertiva correta.

- (A) Promulgada a nova Constituição, são revogados todos os atos normativos editados na vigência da ordem constitucional anterior.
- (B) Lei anterior materialmente incompatível com a nova Constituição pode ser impugnada por meio de ação declaratória de constitucionalidade.
- (C) O fenômeno da recepção pressupõe a compatibilidade formal e material da lei anterior com a nova ordem constitucional.
- (D) Havendo previsão expressa, é possível a re-primária de norma constitucional anterior.
- (E) Os dispositivos da Constituição anterior manterão sua eficácia se não houver incompatibilidade material com a nova Carta Política.

11. Sobre o ato administrativo, considere as assertivas abaixo.

- I - Ratificação é uma forma de convalidar o ato administrativo defeituoso pela qual a autoridade competente confirma o ato praticado pelo agente incompetente.
- II - Para revogação do ato administrativo complexo, há necessidade da manifestação dos órgãos que participaram da sua formação.
- III - Auto-executoriedade é a propriedade que o ato administrativo possui de ser executado pela Administração Pública, utilizando-se de seus próprios meios.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

12. Considere as assertivas abaixo sobre revogação do ato administrativo.

- I - Revogação é a extinção de um ato administrativo inválido.
- II - A revogação pode ser implícita quando a autoridade administrativa, ao dispor sobre certa matéria, edita ato incompatível com o anterior.
- III - A revogação pode ser feita pelo Poder Judiciário no julgamento de ação popular quando o ato for considerado lesivo ao patrimônio público.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

13. Quanto à responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a assertiva correta.

- (A) A Constituição Federal adota o sistema da responsabilidade subjetiva para as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- (B) Relativamente aos danos decorrentes de atividades nucleares, a Constituição Federal exige a comprovação da culpa.
- (C) A Constituição Federal adota o sistema da responsabilidade objetiva fundada no risco administrativo e no princípio da igualdade de todos perante os encargos públicos.
- (D) A culpa do agente é pressuposto para a responsabilização das pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviços não privatizados.
- (E) A responsabilidade civil do Estado não prescinde da comprovação da ilicitude na atuação dos agentes públicos.

14. Sobre o controle jurisdicional da legalidade dos atos administrativos, assinale a assertiva correta.

- (A) O controle exercido pelo Poder Judiciário é repressivo e posterior.
- (B) A interposição de recurso administrativo interrompe a fluência do prazo prescricional.
- (C) A propositura de mandado de segurança torna a questão litigiosa e impede a Administração Pública de rever o próprio ato.
- (D) Na ação de improbidade, o servidor pode ser condenado à perda dos direitos políticos.
- (E) O prazo para propositura de ação popular contra ato lesivo ao patrimônio público é de 120 dias.

15. Sobre o regime jurídico dos bens públicos no ordenamento constitucional brasileiro, assinale a assertiva correta.

- (A) Os imóveis públicos urbanos, desde que não afetados a um uso especial, poderão ser adquiridos por usucapião se a área se destinar à habitação.
- (B) A inalienabilidade dos bens afetados ao uso público é relativa, sendo possível a transferência ao domínio privado mediante regular licitação e observância das demais formalidades legais após a desafetação.
- (C) Os bens públicos não utilizados ou subutilizados podem ser adquiridos por usucapião uma vez que é aplicável ao poder público a exigência de que a propriedade cumpra sua função social.
- (D) A impenhorabilidade dos bens públicos não é oponível a dívidas decorrentes de condenação judicial transitada em julgado.
- (E) Os imóveis públicos rurais poderão ser adquiridos por usucapião.

16. Relativamente aos serviços públicos, assinale a assertiva correta.

- (A) Os serviços públicos de natureza local devem ser organizados e prestados pelos Municípios, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão.
- (B) Caracteriza-se como serviço público qualquer atividade que tenha conteúdo econômico e seja desenvolvida pelos órgãos estatais.
- (C) Qualquer atividade econômica, mediante lei, pode ser transformada em serviço público.
- (D) A prestação dos serviços públicos essenciais não pode ser repassada a terceiros.
- (E) Os serviços públicos impróprios, quando prestados pela iniciativa privada, são regidos, dentre outros, pelos princípios da continuidade, da modicidade das tarifas, da universalidade e da igualdade.

17. Servidor público federal requereu e teve deferida sua aposentadoria, considerada legal pelo Tribunal de Contas da União. Posteriormente, requereu seu retorno à função pública. Nesse contexto, é juridicamente viável

- (A) a reversão ao serviço público desde que haja interesse da Administração, exista cargo vago e o servidor, estável quando na atividade, a tenha solicitado nos 5 anos posteriores à aposentadoria.
- (B) a reintegração no cargo que estiver vago no momento de sua manifestação de vontade, mantida a remuneração originária, desde que haja interesse da Administração e a solicitação seja feita nos 5 anos a contar da aposentadoria.
- (C) a recondução desde que se trate de servidor anteriormente estável, que tenha requerido o retorno ao serviço público nos 2 anos seguintes ao ato de aposentadoria e haja interesse da Administração.
- (D) o aproveitamento em cargo assemelhado desde que não haja redução salarial, se trate de servidor estável e o pedido de retorno seja formulado nos 2 anos a contar da publicação do ato de aposentadoria.
- (E) a readaptação desde que haja interesse da Administração, sejam respeitadas a habilitação técnica para o cargo e a irredutibilidade salarial e o pedido seja feito nos 120 dias a contar da publicação do ato de aposentadoria.

18. Relativamente à aplicação de penalidades disciplinares aos servidores regidos pela Lei nº 8.112/1990, considere as assertivas abaixo.

- I - As penalidades de demissão e cassação de aposentadoria serão aplicadas pelo Presidente da República ou, havendo delegação, pelo Ministro de Estado.
- II - Tratando-se de servidor ocupante de cargo em comissão, a penalidade será aplicada pela autoridade que houver feito a nomeação.
- III - Adotar-se-á o procedimento administrativo sumário quando, verificada a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor não manifestar opção no prazo legalmente previsto.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

19. Considere as assertivas abaixo sobre as sociedades limitadas.

- I - Modifica-se por maioria simples do capital social o local da sede previsto no contrato social.
- II - A integralização de capital mediante bens depende de laudo de avaliação, firmado por peritos devidamente habilitados, que estime o seu valor, bem como de aprovação por parte dos sócios.
- III - Os administradores podem ser nomeados em ato separado do contrato social.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

20. Baseado no princípio do cumprimento simultâneo das obrigações sinalagmáticas e na manutenção do equilíbrio patrimonial característico dos contratos bilaterais, o nosso meio de defesa tem como efeito principal a dilação do tempo de cumprimento da obrigação de uma das partes até o momento do cumprimento da obrigação da outra. É para esse efeito que diretamente tende o seu exercício. (...) É, pois, uma causa justificativa de incumprimento das obrigações, que se traduz numa simples recusa provisória de cumprir a sua obrigação por parte de quem alega.

O excerto acima, de autoria de José Leão Abrantes, refere-se à

- (A) onerosidade excessiva.
- (B) resilição do contrato.
- (C) resolução por incumprimento.
- (D) exceção de contrato não cumprido.
- (E) compensação.

21. Assinale a assertiva correta com relação aos contratos civis.

- (A) É defeso às partes estipular contratos atípicos, ainda que observadas as normas gerais de direito.
- (B) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada pelo aderente a direito resultante da natureza do negócio, exceto nos casos de relação de consumo.
- (C) Podem as partes, por cláusula expressa, excluir a responsabilidade pela evicção.
- (D) A cláusula resolutiva expressa depende de interpelação judicial para produzir efeito.
- (E) O comodato não se constitui com a simples tradição do objeto.

22. Considere as assertivas abaixo a respeito da eficácia da lei no tempo.

- I - Salvo disposição em contrário, a lei começa a vigorar em todo o País na data de sua publicação.
- II - Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 3 meses depois de oficialmente publicada.
- III - Em qualquer caso, a lei terá vigência até que outra a modifique ou revogue.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

23. Considere as assertivas abaixo com relação à doação.

- I - A doação feita ao nascituro valerá se aceita por seu representante legal.
- II - É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- III - A doação a entidade futura caducará se, em 2 anos, esta não estiver constituída regularmente.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

24. Assinale a assertiva correta acerca de prescrição e decadência.

- (A) A prescrição se interrompe por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
- (B) A pendência de condição resolutiva impede a fluência do prazo prescricional.
- (C) A prescrição se interrompe por despacho do juiz que ordenar a citação do réu, desde que competente para conhecer do litígio.
- (D) A incapacidade civil absoluta é causa impeditiva da fluência do prazo prescricional, mas não da do prazo decadencial.
- (E) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes, diferentemente dos decadenciais, que não podem ser objeto de convenção.

30. Considere as assertivas abaixo sobre defeitos dos negócios jurídicos segundo o Código Civil.

- I - O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação nem convalesce com o decurso do tempo, enquanto o anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.
- II - A nulidade da obrigação principal não implica a nulidade da obrigação acessória, assim como a nulidade desta não induz a daquela.
- III - Tanto a nulidade absoluta quanto a anulabilidade só podem ser argüidas pelos prejudicados ou representantes legítimos e só aproveitam a parte que as alegou.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

31. Sobre o enriquecimento sem causa, considere as assertivas abaixo.

- I - Depende, para sua configuração, da existência de uma relação contratual prévia entre as partes.
- II - É fonte do dever indenizatório, exigindo, por parte do enriquecido, a prática de um ato culposo.
- III - Autoriza a restituição ainda que a causa que fundamentou a transferência patrimonial ao enriquecido tenha desaparecido de forma superveniente.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

32. Considere as assertivas abaixo sobre responsabilidade extracontratual segundo o Código Civil.

- I - O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.
- II - O fato de a vítima ter concorrido culposamente para o evento danoso não influencia na fixação do *quantum* indenizatório, em face da incomensurabilidade da culpa no direito civil.
- III - Excepcionalmente, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

33. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas da frase abaixo.

O conceito de parte, para os fins do direito processual civil, tem natureza, sendo aferido no plano da relação

- (A) substancial – jurídico-material
- (B) processual – jurídico-material
- (C) substancial – jurídico-processual
- (D) processual – jurídico-processual
- (E) material – jurídico-processual

34. Ao contrário do juiz romano do período considerado clássico, em que lhe era possível declarar o chamado *non liquet* quando não estivesse convencido, o juiz brasileiro não se exime de julgar a causa, invocando falta de provas. A possibilidade de o juiz proferir sentença, mesmo nesse caso, decorre da adoção, pelo Código de Processo Civil, de regras atinentes

- (A) ao princípio da eventualidade.
- (B) ao ônus da prova.
- (C) à coisa julgada.
- (D) à preclusão.
- (E) ao contraditório.

35. Em demanda cível, o réu promoveu a denunciação da lide a terceiro de quem houera o bem imóvel cujo domínio era reivindicado pelo autor. Citado, o terceiro aceitou a denunciação da lide, passando a defender o interesse do requerido. Nesse contexto, é possível afirmar que o terceiro passou a atuar como

- (A) nomeado à autoria.
- (B) litisconsorte passivo.
- (C) réu principal.
- (D) oponente do autor.
- (E) assistente do autor.

36. Aforada demanda indenizatória, pleiteou o autor, na petição inicial, fosse o réu condenado ao pagamento de danos morais e materiais, omitindo, todavia, pedido condenatório quanto a juros e honorários advocatícios. Contestando o feito, o réu, atento ao princípio da eventualidade, consignou que, caso julgada procedente a demanda, seria inviável a condenação ao pagamento de juros e honorários, por caracterizar-se a decisão como *extra petita*. Diante disso, o juiz determinou que o autor emendasse a inicial, incluindo os referidos pedidos, sob pena de seu indeferimento. Tal decisão está

- (A) correta, pois se trata de requisitos essenciais da petição inicial.
- (B) incorreta, em razão do princípio da demanda.
- (C) correta, pois, do contrário, a sentença seria nula.
- (D) incorreta, pois se trata de pedidos implícitos.
- (E) correta, pois se trata de matéria de ordem pública.

37. Assinale a assertiva **incorreta** no âmbito do processo civil.

- (A) As despesas dos atos que forem adiados ou tiverem de repetir-se ficarão a cargo da parte, do serventário, do órgão do Ministério Público ou do juiz que, sem justo motivo, houver dado causa ao adiamento ou à repetição.
- (B) Quem receber custas indevidas ou excessivas é obrigado a restituí-las, incorrendo em multa equivalente ao dobro de seu valor.
- (C) As despesas dos atos manifestamente protelatórios, impertinentes ou supérfluos serão pagas pela parte que os tiver promovido ou praticado quando impugnados pela outra.
- (D) Se o assistido ficar vencido, o assistente será condenado nas custas em proporção à atividade que houver exercido no processo.
- (E) A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor honorários advocatícios, exceto se o advogado tiver funcionado em causa própria.

38. Sobre reconvenção, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) A intimação do autor reconvinado para contestar a reconvenção far-se-á na pessoa de seu procurador.
- (B) Não pode o réu, em seu próprio nome, reconvir ao autor quando este demandar em nome de outrem.
- (C) A desistência da ação obsta ao prosseguimento da reconvenção.
- (D) Julgar-se-ão na mesma sentença a ação e a reconvenção.
- (E) A contestação e a reconvenção devem ser oferecidas simultaneamente, em peças autônomas.

39. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que **não** contém um requisito de validade da petição inicial no âmbito do processo civil.

- (A) A indicação do juízo ou tribunal a que é dirigida.
- (B) O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- (C) O valor da causa.
- (D) O requerimento para a citação do réu.
- (E) A indicação de multa por descumprimento de decisão judicial, em se tratando de demanda cujo objeto seja obrigação de fazer.

40. Assinale a assertiva correta a respeito da multa por descumprimento da sentença em se tratando de execução de obrigação de fazer ou de não-fazer.

- (A) Seu produto reverte aos cofres públicos, à semelhança do que ocorre com as multas aplicadas contra atos atentatórios ao exercício da jurisdição.
- (B) Se o requerido prestar caução, a multa fixada pelo juiz tem sua fluência interrompida.
- (C) O juiz pode, de ofício, modificar a periodicidade da multa.
- (D) Eventual indenização por perdas e danos substitui a multa fixada pelo juiz.
- (E) A fluência da multa não depende de intimação pessoal do obrigado.

41. Considere as assertivas abaixo a respeito da ação de improbidade.

- I - O juiz pode, à vista da manifestação do réu, em decisão fundamentada e desde logo, rejeitar a ação se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.
- II - Da decisão que receber a petição inicial da ação de improbidade caberá apelação.
- III - Em qualquer fase processual, reconhecendo a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

42. Considerando a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, assinale a assertiva correta a respeito do recurso adesivo.

- (A) O não-conhecimento do recurso principal por falta de preparo não impede o conhecimento do recurso adesivo.
- (B) O recurso adesivo deve contrapor-se, unicamente, ao tema impugnado no recurso principal, não podendo ampliar seu objeto.
- (C) Não se admite recurso adesivo relativamente a recurso especial.
- (D) O recurso adesivo é cabível em caso de agravo de instrumento interposto em face de decisão que causa sucumbência recíproca.
- (E) O recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal.

43. Considerando a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, assinale a assertiva **incorreta**.

- (A) O art. 557 do Código de Processo Civil, que autoriza o relator a decidir monocraticamente o recurso, alcança o reexame necessário.
- (B) É inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*.
- (C) É inadmissível recurso especial quando ainda cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no Tribunal de origem.
- (D) É inadmissível recurso especial quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário quanto ao fundamento constitucional.
- (E) A comprovação da divergência, em recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial não evidente, dá-se mediante a transcrição de ementas dos acórdãos confrontados.

44. Considere as assertivas abaixo.

- I - A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação consistente em dinheiro ou em coisa valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.
- II - Para que a sentença condenatória possa produzir a hipoteca judiciária, é mister que se trate de condenação por quantia líquida e certa.
- III - Pendente arresto de bens do devedor, a sentença não produz a hipoteca judiciária.

Quais são corretas no âmbito do processo civil?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

45. Considere as assertivas abaixo sobre cumulação de pedidos.

- I - É permitida a cumulação, num único processo, de vários pedidos contra o mesmo réu, desde que entre eles haja conexão.
- II - Configura um dos requisitos de admissibilidade da cumulação de pedidos a circunstância de ser competente, para deles conhecer, o mesmo juiz.
- III - Procedimentos diferentes obstam à cumulação de pedidos ainda que o autor empregue o procedimento ordinário.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

46. A impenhorabilidade de que trata a Lei nº 8.009/1990 é oponível em qualquer processo, salvo se movido

- (A) pelo credor de indenização, assim reconhecido em sentença civil condenatória.
- (B) para cobrança de impostos federais devidos pelo executado.
- (C) para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.
- (D) em razão de obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de mútuo.
- (E) por titular de crédito privilegiado decorrente de financiamento habitacional.

47. Relativamente ao processo civil, considere as assertivas abaixo.

- I - Extingue-se o processo com resolução de mérito quando o juiz pronunciar a prescrição.
- II - Durante a suspensão do processo, é defeso praticar qualquer ato processual, devendo eventuais medidas urgentes ser requeridas e deferidas em procedimentos autônomos e independentes.
- III - É inadmissível a suspensão do processo por convenção das partes, tendo em vista a natureza pública da relação processual.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

25. Considere as assertivas abaixo.

- I - No mútuo, transfere-se o domínio da coisa emprestada ao mutuário, por cuja conta correm todos os riscos dela desde a tradição.
- II - O mútuo feito a pessoa menor, sem prévia autorização daquele sob cuja guarda estiver, não pode ser reavido do mutuário ainda que a pessoa de cuja autorização necessitava este para contrair o empréstimo ratifique a avença posteriormente.
- III - O comodatário não poderá jamais recobrar do comodante as despesas feitas com o uso e gozo da coisa emprestada.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) Apenas I e III

26. Considere as assertivas abaixo.

- I - A incapacidade de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, a obrigação for solidária.
- II - Cessa a incapacidade civil pela existência de relação de emprego desde que o menor com 16 anos completos tenha economia própria.
- III - O pródigo, uma vez decretada sua interdição, é absolutamente incapaz.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

27. Assinale a assertiva **incorreta** segundo o Código Civil.

- (A) O direito pendente de condição suspensiva é transmissível por ato *inter vivos* ou *causa mortis*.
- (B) A condição resolutiva juridicamente impossível é tida como inexistente.
- (C) Se o devedor pagar antes de cumprida a condição suspensiva, o credor não é obrigado a restituir.
- (D) Não corre prescrição relativamente a direito pendente de condição suspensiva.
- (E) É defesa a condição suspensiva puramente potestativa.

28. Considere as assertivas abaixo.

- I - Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente nos 5 anos subsequentes à transferência.
- II - O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de 1 ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- III - A cessão de créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores desde o momento da publicação da transferência, mas o devedor ficará exonerado se de boa-fé pagar ao cedente.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

29. Considere as assertivas abaixo.

- I - O empresário casado não pode, sem outorga conjugal, alienar os imóveis que integram o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real, qualquer que seja o regime de bens.
- II - Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda que com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento da empresa.
- III - Faculta-se aos cônjuges casados no regime da separação total de bens contratar sociedade entre si.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

48. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica, considere as assertivas abaixo.

- I - A lei civil brasileira estabelece que, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, o juiz pode estender os efeitos de determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- II - Decretada a falência da empresa, torna-se inviável a desconsideração de sua personalidade jurídica.
- III - Nas relações de consumo, não haverá desconsideração da personalidade jurídica por inatividade da empresa provocada por má administração.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

49. Em relação à falência, considere as assertivas abaixo de acordo com a Lei nº 11.101/2005.

- I - Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 salários-mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.
- II - Os créditos decorrentes de acidentes do trabalho têm preferência sobre os demais créditos limitada a 150 salários-mínimos por credor.
- III - Um dos efeitos da decretação da falência é o vencimento antecipado das dívidas do falido.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

50. Em relação à falência, considere as assertivas abaixo de acordo com a Lei nº 11.101/2005.

- I - Os sindicatos de trabalhadores poderão representar seus associados titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente do trabalho que não comparecerem, pessoalmente ou por procurador, à assembléia-geral dos credores.
- II - A assembléia-geral dos credores será presidida pelo juiz da falência, que designará um secretário dentre os credores presentes.
- III - No caso de posterior invalidação de deliberação da assembléia-geral dos credores, não ficam resguardados os direitos de terceiros de boa-fé que deixarem de a ela comparecer.

Quais são corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III